

ENTREVISTA: BERNARDO CABRAL

Ministro diz que golpe é coisa do passado

O Governo está enfrentando uma crise séria em várias frentes. O fantasma da inflação volta a assustar, a circulação de dinheiro cresce a cada dia, e os militares começam a se rebelar. O que está acontecendo? É um teste para selar os dois primeiros meses da administração Collor?

— Economia não é minha área, mas pelo que sei, o Presidente havia se comprometido com o povo brasileiro de, nos primeiros cem dias de governo, reduzir a inflação para 10 por cento. Esta era a forma pela qual tinha declarado o combate à inflação. A equipe econômica conseguiu reduzi-la para três por cento na metade deste tempo. Portanto, se as pessoas invertem a argumentação constatariam que há um saldo positivo. Quanto à crise militar, não creio que exista. Crise resultaria em outro comportamento que não o adotado pelo ministro do Exército, punindo os generais que se manifestaram. Não conheço todo o discurso do general Braga, contudo sei que a área militar se sustenta em duas diretrizes fortes: disciplina e hierarquia. Em nenhum momento o ministro Tinoco, que é um profissional mais voltado à caserna que à política, deixará de tomar atitudes para evitar que pronunciamentos desse tipo possam gerar uma crise.

Tudo está sob controle?

— Não abraço a tese de que haja uma crise. Se nós formos ao passado, revendo nossa história, aí sim existia crise, mas no caso atual não há qualquer perigo. Acho muito difícil, com o resultado das eleições presidenciais, onde o povo se manifestou de forma tão contundente, que haja clima para um golpe, portanto não vejo como pensar nisto.

O senhor considera que o Governo está passando por um momento difícil de conjuntura?

— Não, eu diria que o Governo passa por uma fase de ajuste. Ao cabo de 20 anos nós vivemos um governo autoritário, com base em princípios que não se coadunam nem se compadecem com eleições diretas e, a partir daí, tem-se um Governo que é empossado, sucedendo a um que vinha de um colégio eleitoral, que eu sempre considerei espírito. O presidente Collor, então, prometeu combater a inflação, colocar os sonegadores na cadeia e aplicar cortes no próprio Estado. Agora este ajuste, com 60 dias de governo, não pode ser perfeito. Você sofre aqui e acolá uma espécie de acomodação.

Falta mais apoio?

— Vejam bem, quando eu era garoto se dizia que às vezes é preciso agir como se conduzíssemos várias melancias dentro de um caminhão. De uma hora para outra é preciso dar uma freada para que elas se ajustem. Portanto, creio que o governo do presidente Collor vai bem. Na área econômica tem passado por capítulos que não poderiam deixar de ser

CEZAR MOTTA
e ANA DUBEUX

Depois de ficar na berlinda ao ser apontado como o responsável por erros cometidos pelo Governo na edição de Medidas Provisórias inconstitucionais, o titular da Justiça, Bernardo Cabral, começa a saborear a condição de superministro. Com prestígio em alta junto ao Presidente, Fernando Collor de Mello, se mostra mais confiante do que nunca para executar novas missões como coordenador político do Governo. "Poucos ministros são tão prestigiados quanto eu. Apenas não procuro estar no foco do palco iluminado", justifica. Mesmo preferindo manter uma postura discreta, Cabral não admitirá explorações em torno do seu nome. "Demos um basta nisso. Cada um que assuma suas ações".

Dizendo ter presença cativa na maioria das reuniões do presidente da República, "encontro com ele de segunda a sexta-feira. Faço parte da Turma da Casa", Cabral se sente seguro para garantir que o Governo não está em crise. "Estamos numa fase de ajustes. Aqui e acolá sempre acontece uma espécie de acomodação. Mas tudo está sob controle". Isto se aplica não só à área econômica, pois também não visualiza crises no setor militar. Segundo ele, o ministro do Exército está atento para evitar que novos pronunciamentos de generais possam causar problemas. Descarta com veemência qualquer possibilidade de golpe. "Isto é coisa do passado".

Admite, contudo, que o Governo pode ter excedido na edição de Medidas Provisórias, mas justifica que não havia outro jeito.

Cabral também contesta às posições de alguns parlamentares quanto ao isolamento do Governo na relação com os demais poderes. "Isto não existe". Critica, porém, as campanhas difamatórias contra o Legislativo. "É a minha casa. Considero o poder mais autêntico da República". Aproveita para falar, nessa entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, sobre as mudanças provocadas pelo Governo nas nomeações de cargos do segundo escalão.

ISAC AMORIM



O ministro diz que a fase é de ajustes e que a situação do País está sob controle

— Mudou, claro que sim. Primeiro porque algumas regras foram estabelecidas. A primeira delas é que o cidadão que for determinado para uma função, e após ter sido indicado, vier a ser detectado um ato de desonestidade, um ato de improbidade, este nomeado será demitido e quem fez a indicação não terá condições de fazer uma segunda nomeação. Depois uma outra diretriz é a competência técnica seguida de lisura, da honradez pessoal. O mais que se tem feito é resguardar em cada estado para que não haja a idéia de que o apoio político resulta no apoio desta ou daquela nomeação: Um exemplo é a LBA, lá a primeira-dama Rosane Collor, tem tido cuidado de selecionar entre alguns nomes e após então dar conhecimento de como a coisa foi processada. Além de todos esses requisitos, é preciso ressaltar, para que não pareça hipocrisia, que não se nomeará em nenhum cargo inimigos do presidente.

Todas as indicações passam pelo senhor? Por que há tantos cargos vagos ainda?

— Sim, todas passam. Há cargos vagos porque nós tivemos o cuidado de não preenché-los com pressa.

No seu ministério, por exemplo, muitos conselhos estão sem chefia?

— Já temos alguns nomes e breve serão divulgados.

O ministro Saulo Ramos defendia a regulamentação estado de defesa em áreas onde há conflitos de terras. Os sindicalistas estiveram na semana passada no ministério e o senhor fez um pronunciamento muito duro em defesa deles. Também nessa possibilidade?

— Dei e vou continuar dando o maior apoio porque não é possível que se faça de uma região como a Amazônia um lugar onde os posseiros são vitimados à bala. Existem famílias que estão sendo dizimadas com a complacência ou pelo menos com a ausência da autoridade. Isso tem uma consequência porque a competência é estadual. A Polícia Federal só pode e só deverá intervir quando for convocada pelos governos estaduais então nem sempre os governos estaduais estão interessados em admitir que não têm condições para por fim a este tipo de coisa. A forma pela qual isso foi feito chegou ao ponto de eu convidar o ministro Magri que participou da reunião e encarregar para que ele fosse junto com o ministro Cabrera até a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e se reunisse com esses trabalhadores para que os mandantes dos crimes estejam certos de que estes lavradores não vão ficar sem a proteção do Governo Federal. E eu tenho que declarar e ressaltar que a morte de cada ser me faz lembrar um irmão que foi assassinado, ele tinha 27 anos de forma que eu conheço muito bem na pele o que é perder por um brutal assassinato um parente,

“ Não creio que exista crise militar. O ministro Tinoco em nenhum momento deixará que pronunciamentos possam gerar uma crise ”

percorridos. Posso lhe afiançar que na área da Justiça a coisa caminha muito bem.

O senhor é um velho combatente pela constitucionalização do País e o Governo chegou a violar a Constituição com medidas provisórias, e está agora lutando para regulamentar o uso dessas medidas. Isto não é um abuso?

— Vamos primeiro à violação. Eu acho que não houve violação. As medidas provisórias estão todas registradas de acordo com o que permite o artigo 62 da Constituição Federal. Ninguém melhor do que eu para dizer isto. Sempre entendi que, talvez, o ideal fosse usar o instituto da Lei Delegada. Dizia isto no começo antes de tomar posse, mas algumas lideranças políticas se insurgiram contra a Lei Delegada e chegaram a dizer que representaria um cheque em branco. Somente quem não conhece bem o texto constitucional sobre a Lei Delegada poderia afirmar isto.

O Congresso foi contra?

— Vejam bem, me lembro que fiz uma declaração à imprensa dizendo: "Se não querem a Lei Delegada, o Governo será obrigado a editar medidas provisórias". E foi feito.

Mas as lideranças reclamam do excesso de medidas.

— Agora há um excesso de medidas provisórias, mas você não pode deixar de reconhecer que num ano de campanha eleitoral, num ano em que se vai renovar um terço do Senado e toda a Câmara Federal, nós precisávamos de medidas urgentes que não poderiam sofrer um compasso de espera. O excesso de medidas esteve exatamente na conformação do que precisava ser feito. Observe que, geralmente, foram feitas no âmbito da área econômica e a seguir na área administrativa, com uma reforma super necessária. A Constituição declara em alto e bom som quando é que as medidas provisórias serão editadas. Na hora que você reduz esse campo de atuação, aí sim é que fulmina, viola os princípios constitucionais.

O senhor concorda que houve algum excesso em, por exemplo, proibir o dissídio coletivo? Como co-autor da Constituição não acha que ela foi ligeiramente adulterada?

— Não porque a Constituição não pro-

ibe que se dê efeito suspensivo ao recurso, e é preciso esclarecer o seguinte: geralmente o recurso tem dois efeitos. O efeito suspensivo e o efeito devolutivo. O primeiro é quando há uma decisão e o recurso suspende a execução dessa decisão até que o Tribunal Superior se manifeste sobre ela. Há 20 anos que existe o efeito suspensivo em recursos de dissídio coletivo. Depois de 1989, quando se criou um projeto de lei em relação à política salarial, isto acabou. Em abril deste ano, veio a medida provisória que revogou tudo e aí se criou um vazio jurídico. Isto não podia continuar.

Essa decisão não seria da responsabilidade do ministro do Trabalho, Rogério Magri? Por que o senhor tomou a iniciativa?

— Se o ministro da Justiça toma providências, dizem que há distorção. Acusam a medida provisória de proibir o cumprimento das decisões. Não é bem assim. Se o empregador tiver ganho de causa o empregado recorre ao TST, ao presidente do Tribunal cabe conceder o efeito suspensivo, mas ele pode recusar. Isto, contudo, vale tanto para um lado como para outro. O que se quer é que, se for o empregado que tenha ganho de causa de dissídio coletivo e houver o recurso popular com efeito suspensivo, nos cinco meses — nos 150 dias — será julgado esse recurso e não haverá nenhuma perda.

As críticas sobre inconstitucionalidade não o preocupam?

— Não. Até porque o presidente do TST e se vice deram declarações de que a medida era nitidamente constitucional e corretíssima. Tive o cuidado de comunicar ao presidente Collor sobre o vazio jurídico.

Mas houve erro com relação ao FGTS?

— Mas aí, já foi da minha parte. O Ministério da Economia já corrigiu tudo. É natural que haja desencontros, pois estamos em início de governo. Tudo foi consertado, até por interferência do ministro Magri.

E a gente tinha a sensação que as decisões técnicas do Governo não passavam pelo crivo do senhor?

— Bem, eu posso lhe dizer que isso aconteceu há algum tempo, até 15 dias atrás. Tivemos que dar um basta nisso porque está havendo muita exploração em torno do meu nome. Acho que poucos ministros são tão prestigiados quanto eu. Apenas procuro não estar no foco do palco iluminado. O Presidente se reúne diariamente com a chamada turma da Casa: o chefe de Gabinete Militar, o Secretário-Geral da Presidência da República, o secretário de Assuntos Estratégicos, e o único ministro que tem acesso a ele de segunda a sexta-feira é o ministro da Justiça. Então, quando leio no jornal ou nas revistas que, nesse mês, o

ministro tal se avistou com o Presidente sete vezes, não falo nada. Só durante a semana, me avisto com ele muito mais. Só que não saio por aí falando.

A imprensa esquece esse dado?

— Fiz minha formação profissional na advocacia e com o jornalismo. Tive carteira assinada e percorri toda a redação de um jornal: redator, editor, revisor etc. Conheço bem a imprensa por dentro para me impressionar com ela por fora. De modo que quando alguém reclama que a imprensa fez algumas restrições, observem que podem ser de todos os ângulos menos do lado da honradez pessoal e honorabilidade, pois sou muito respeitado. Quando você começa como secretário de Estado aos 26 anos, atinge os 58, e sua honradez é respeitada, é sinal que alguma coisa foi feita. Fui o primeiro lugar na minha Faculdade de Direito. Será que tantos eram piores do que eu? Depois fui secretário-geral da OAB, disputei o cargo de relator na Assembleia Nacional Constituinte com dois homens do maior talento, da maior capacidade, o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Pimenta da Veiga. Será que esses dois eram tão ruins que só assim eu poderia ganhar?

“ As medidas provisórias estão todas de acordo com a Constituição. Mas sempre entendi que o ideal seria usar a lei delegada ”

As críticas constantes não o preocupam?

— Nem preocupam nem atingem. É como uma pessoa que vai pela primeira vez a uma praia e toma sol. Como não está acostumada, à noite não consegue dormir. O homem público que não sabe aceitar as críticas não é fadado para a administração pública. Quantos jornalistas me criticam e eu estou sempre de braços abertos porque estão cumprindo a função deles. Eu só espero que, com o desenrolar do convívio, eles corrijam as interpretações.

Apesar de tudo, o senhor continua fortalecido junto ao Presidente?

— Nunca deixei de estar fortalecido. É que criaram e plantaram na imprensa, sem saber o que se passava nos bastidores, uma imagem de desprestígio. Isto é balela. Querida que algumas pessoas entendessem que não vim para o ministério para enriquecer meu currículo, ou para fazer uma melhora na minha biografia e muito menos usei a Justiça como trampolim para ser candidato ao Senado ou ao Governo. Não estou filiado a

nenhum partido, portanto, não posso ser candidato a nada. Não adianta lei da ineligibilidade porque ela não me beneficiará nem me prejudicará.

E quanto às campanhas o presidente Collor vai participar ou não?

— O que tenho ouvido do Presidente, a não ser que ele mude de idéia, me parece muito difícil, é que não se envolverá na escolha de candidatos nos diversos estados porque geralmente há mais de um amigo que é candidato e que o apoiou para a Presidência da República. Portanto, ele deixa a critério das lideranças uma composição em torno de um candidato de consenso. Ele tem dito que não subirá em palanques, ou seja, de comícios. Palanque de homenagem é outra coisa. Agora é preciso que não se perca de vista que o Presidente deve ter os candidatos de sua simpatia e é claro que os ajudará. Ele não irá mover céus e terras para dar a sua compreensão e apoio aos que lhe foram inimigos e adversários.

Como o senhor vê a formação de um grande partido político para dar sustentação ao parlamentarismo?

— Eu tenho ouvido isso. Acho que depois das eleições vindouras alguma coisa se fará nesse campo, mas o Presidente não tem manifestado o desejo de criação de um partido único ou mesmo o PRN, que foi o partido que o apoiou e que o abrigou na sua legenda para candidatura. A idéia do Presidente é que haja alguns partidos que lhe deem sustentação para que não seja um grande partido e acabe se transformando na Arena e MDB de ontem ou no PMDB e PFL de hoje.

Alguns políticos aliados e adversários do Governo estão preocupados com um eventual isolamento com relação ao Congresso e que a maioria que conseguiu na votação das medidas provisórias tenha sido uma coisa conjuntural. É uma preocupação infundada?

— Não tenho muito receio das pitonias dos vendavais. Na hora em que se diz que pode haver isolamento, em primeiro lugar é preciso que, e estou convicto disso, se ressalte que o plano econômico dará certo. O povo brasileiro conseguiu conviver com uma inflação altíssima, mas aquilo que se dizia sobre hiperinflação e recessão até agora não aconteceu. Por outro lado, temos eleições em outubro e calculo numa renovação de 70 por cento do Congresso de grupos que hoje se instalam para garantir que não haja retrocesso. Isto porque todos têm consciência de que se o teto desabar, desabará na cabeça de todos nós. Sem dúvida, o poder mais autêntico que há é o Legislativo, porque é nele que ecoam todos os anseios populares.

Como fica a questão das nomeações do segundo escalão. Mudou muito neste sentido?

“ Poucos ministros são prestigiados quanto eu. Sou o único que tem acesso ao Presidente de segunda a sexta. Só que não saio falando ”

isso dói muito. Agora, quanto ao estado de defesa, por enquanto não.

Mais de 200 dispositivos constitucionais dependem de regulamentação de leis complementares. A que atribui isso? O senhor faria uma crítica ao Congresso?

— Lamento que haja uma permanente campanha de desmoralização do Poder Legislativo. Eu às vezes leio nos jornais que o Legislativo custa caro à Nação. Eu me pergunto se custaria muito mais se eles estivessem fechados. De modo que o Legislativo é um poder aberto, que todos frequentam, os seus integrantes são mais expostos às críticas. Agora, nenhum Parlamento do mundo é ágil. É sempre demorado porque são várias pessoas que se debruçam sobre o exame de determinado projeto de lei, são opiniões contraditórias e é evidente que isso vai retardando, mas há um consenso entre as lideranças, quando todos estão dispostos ao trabalho e tivemos esse exemplo nítido durante a Assembleia Nacional Constituinte. O poder Judiciário e o poder Executivo não sofrem porque são mais fechados à fiscalização direta. Veja que o deputado convive diariamente na sua porta com o eleitor que cobra. Isso não existe no executivo nem no Judiciário. De modo que as críticas, algumas são procedentes, por exemplo, o parlamentar que falta, que não comparece, que não é assíduo, e a melhor propaganda do Poder Legislativo é o trabalho dos seus integrantes. De modo que eu não concordo com essa crítica porque não se executam os que trabalham, os que aqui vivem.

Mas o senhor acha que o fato desses dispositivos todos não estarem regulamentados é um sinal de que a reforma constitucional de 1993 vai ser profunda? Muita coisa já está superada na Constituição?

— Houve dispositivos da Constituição de 1946 que nunca foram cumpridos. Pelo menos essa criou o mandato de injunção, deu o mecanismo para que possa ser cumprido. Eu acho que essa eleição agora é muito importante. As pessoas talvez não estejam dando conta disso, porque em nós temos uma revisão constitucional e o parlamentar que se elegeu agora na eleição de 1990 ele vai ter poderes constituintes porque vai permitir que erros sejam reparados.